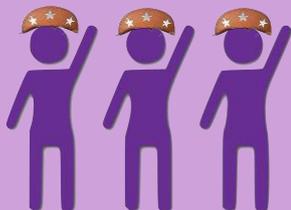




DOSSIÊ



Do Armário Para Vitrine: Visibilizando e Acolhendo a Diversidade Sexual no Ambiente Universitário

Aurivar Fernandes FILHO, *Universidade Federal de Santa Catarina*

Olga Regina Zigelli GARCIA, *Universidade Federal de Santa Catarina*

Lilian Meira SOUTO, *Universidade Federal de Santa Catarina*

Resumo: Pesquisa exploratória e documental, com abordagem qualitativa, que teve por objetivos identificar e analisar as ações desenvolvidas nos cinco anos de existência da Coordenadoria de Diversidade Sexual e Enfrentamento da Violência de Gênero (CDGEN), da Universidade Federal de Santa Catarina. Os dados coletados no site institucional, redes sociais, banco de informações da CDGEN, ambiente virtual de ensino aprendizagem dos cursos de formação oferecidos, somados à memória histórica da vivência dos autores na gestão da Coordenadoria foram tratados com a Análise de Conteúdo, dando origem a quatro categorias: Ações de acolhimento e cuidado; Ações de visibilidade; Ações de formação/capacitação e Ações de Participação na construção de políticas institucionais. A análise dos dados demonstrou que apesar de ainda existir preconceito, discriminação e violências contra as pessoas sexo-gênero-dissidentes na academia, as ações desenvolvidas, ao colocarem em questionamento a cisheteronorma, naturalizada como universal, abalaram sua estrutura, aumentando as práticas inclusivas e não discriminatórias, contribuindo para construção de uma universidade onde a identidade sexual e de gênero das pessoas não seja uma justificativa para violentá-las, onde cada pessoa possa ser o que ela desejar, sem necessidade de se esconder em um armário.

PALAVRAS-CHAVE: Universidade. Diversidade Sexual. Gênero e Diversidade na Educação.



Introdução

No que diz respeito à sexualidade pode-se afirmar que no imaginário social, o pensamento hegemônico é de que a heterossexualidade é a condição natural do ser humano, o que aponta para o binarismo de gênero, onde em um polo temos o homem/masculinidade e no outro extremo a mulher/feminilidade. Com este olhar, homem e mulher são complementares e é esperado que se relacionem afetivo/sexualmente. Este cenário faz com que a heterossexualidade se torne compulsória à medida em que é naturalizada e pressuposta como intrínseca, normal e universal. (RICH, 1986.)

Para Preciado (2011) a heterossexualidade deve ser compreendida não só como uma prática sexual, mas como um regime político que participa da administração dos corpos e da gestão calculada da vida, ou seja, como parte da biopolítica. Segundo este autor “Uma leitura cruzada de Wittig e de Foucault teria permitido, desde o início dos anos 1980 dar uma definição da heterossexualidade como tecnologia biopolítica destinada a produzir corpos”. (PRECIADO, 2011, p. 12). Este entendimento faz com que qualquer conduta que fuja a esta norma seja considerada desviante e, conseqüentemente anormal, tornando-se o alicerce sobre o qual se edifica a LGBTfobia e o machismo como respostas da heteronormatividade destinada às sexualidades dissidentes culminando em exclusões e violências físicas e emocionais. (NARDI et al., 2012)

Como parte das instituições que interagem e integram a sociedade, a universidade traz, em seu interior, os mesmos marcadores sociais de diferenciação presentes no contexto social, tais como gênero, classe, raça/etnia, sexualidade, uma vez que esta - a universidade não é uma ilha e, portanto, tem em seu interior o reflexo da sociedade. Sendo assim é um espaço que reproduz valores, hierarquias e desigualdades presentes na sociedade.

Neste sentido podemos apontar que o ensino superior participa da distribuição diferenciada e hierarquizante das posições sociais relacionadas à produção, utilização e legitimação dos saberes e formas de conhecimento (RANCIÈRE 1996: 2010; NARDI et al., 2012) corroborando no processo de subjetivação dos corpos, na maioria das vezes, baseado em concepções binárias, assimétricas e complementares entre a mulher e o homem: a heteronormatividade. (CAETANO, 2016).



Neste cenário, conforme apontam Nardi e Quartiero (2012), a diversidade se torna objeto de atenção nas instituições de ensino quando esta se instaura como um problema, ou seja, quando a norma tem dificuldade de ser reiterada nas performances de gênero e da sexualidade. Nesta perspectiva, quando algo se confronta com lógicas paradoxais que denunciam a construção social da norma e de nós mesmos a necessidade de reflexão emerge.

Foi exatamente o que aconteceu na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, quando a entrada de pessoas trans no vestibular, em 2011, colocou em questionamento a cisheteronorma vigente e a presunção e naturalização da cisheterossexualidade das pessoas da academia. O impasse criado levou à necessidade da criação de instrumentos legais que garantissem o pleno direito dessas pessoas, pensar medidas que visassem o combate a homolesbotransfobia no ambiente universitário buscando romper com a invisibilidade da diversidade sexual, bem como sua visibilidade negativa. Neste contexto, em 2015, o Conselho Universitário da UFSC aprovou e homologou a Resolução nº. 59/CUN/2015, que dispõe sobre o uso do nome social para pessoas trans nos registros acadêmicos no âmbito da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), desde a inscrição no vestibular.

Sensibilizado com as questões relativas à diversidade sexual no ambiente universitário, o Prof. Luiz Carlos Cancellier de Olivo, eleito e empossado como reitor da UFSC em 10 de maio de 2016, criou a Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades (SAAD), tendo em sua estrutura a Coordenadoria de Diversidade Sexual e Enfrentamento da Violência de Gênero (CDGEN) com a missão de assessorar a SAAD no estabelecimento de políticas de enfrentamento à fobia de gênero e violências contra mulher na instituição. Mais que isso, a CDGEN foi estabelecida como um espaço de apoio institucional para a promoção dos direitos da população universitária de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, queer, intersexuais e demais (LGBTQIA+) e mulheres vítimas de violências nos cinco campi da instituição.

Explicitado o contexto que levou a criação da CDGEN na UFSC, o presente artigo tem como objetivos: identificar e analisar as ações desenvolvidas nos cinco anos de existência desta coordenadoria, relacionadas à diversidade sexual.



Percurso Metodológico

Trata-se de uma pesquisa exploratória e documental, com abordagem qualitativa. Esta abordagem de pesquisa se fundamenta principalmente em análises caracterizadas pela não utilização de instrumental estatístico na análise dos dados.

Segundo Guerra (2014, p.11), a abordagem qualitativa tem como objetivo “aprofundar-se na compreensão dos fenômenos que estuda – ações dos indivíduos, grupos ou organizações em seu ambiente ou contexto social”. A coleta de dados foi realizada nos meses de setembro e outubro de 2021 no site institucional, redes sociais (facebook e instagram), banco de informações da Coordenadoria de Diversidade Sexual e Enfrentamento da Violência de Gênero (CDGEN), ambiente virtual de ensino aprendizagem dos cursos de formação oferecidos. Como fonte adicional de informações também foi utilizada a memória histórica da vivência dos autores na gestão da Coordenadoria.

Para análise dos dados foi utilizada a Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2011), segundo a qual:

O termo análise de conteúdo designa: um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (BARDIN, 2011,p.47)

Em consonância com a metodologia proposta por Bardin (2011) foram realizadas as três etapas de pesquisa: a pré-análise teve como foco o material disponibilizado no material coletado. Nesta etapa constatou-se que todas as ações da CDGEN emanam de um grande projeto criado pela Coordenadoria em 2017 denominado CDGENcuida (sobre o qual falaremos adiante).

Na segunda etapa proposta por Bardin (2011) - descrição analítica - o material coletado foi explorado, realizada a codificação e categorização do corpus do trabalho dando origem a quatro categorias de análise: ações de visibilidade, ações de acolhimento e cuidado (individual e em grupo),



ações de formação/capacitação e ações de participação na construção de políticas institucionais.

Na terceira e última etapa foi realizada a inferência e interpretação dos dados através da análise crítica e reflexiva.

Resultados e Discussão

Em seu primeiro ano de funcionamento a equipe da CDGEN dedicou-se a criação de uma logo, estruturando suas ações para se tornar conhecida/reconhecida como local de acolhimento no que se refere à diversidade sexual e enfrentamento da violência de gênero. Ainda neste primeiro ano de vida foi criada a página institucional da Coordenadoria, a criação e divulgação do e-mail oficial como canal para denúncias relativas às violências de gênero e LGBTfobias; criação e divulgação do calendário da diversidade (divulgação para toda comunidade universitária datas alusivas às questões relacionadas à diversidade sexual).

Figura 1: Site Institucional e Espaço interna da CDGEN



Fonte: Site Institucional da CDGEN (2021)

Ações de Acolhimento e Cuidado

Partindo do entendimento de que a inclusão institucional, no que tange à diversidade sexual, passa pelo acolhimento, desde a sua fundação, a CDGEN, em sua área física contou com a exposição das bandeiras LGBTQIA+ na decoração da sala. Com a chegada de um psicólogo ao quadro de colaboradores da coordenadoria, a partir das demandas



apresentadas por alunes , a equipe concluiu que para além um acolhimento/cuidado efetivo as ações de CDGEN deveriam incluir o atendimento psicológico. Para tanto foi criado o Projeto CDGENcuida a partir da demanda de um aluno por atendimento psicológico para enfrentamento da homofobia.

Figura 2: Folheto CDGENCuida



Fonte: Site Institucional da CDGEN (2021)

O atendimento psicológico individual é gratuito, ancorado na abordagem psicanalítica com foco na ressignificação das violências sofridas pelas/os/us alunes. O serviço realizou desde 2017, um total de 500 atendimentos para a população LGBTQIA+ no qual foram acolhidos, orientados sobre as denúncias e encaminhados (quando necessário) para acompanhamento junto às redes de apoio (municipais e estaduais) a fim de atender necessidades outras.

Ao final dos atendimentos esses estudantes apontaram o impacto positivo que os atendimentos do CDGENcuida lhes proporcionou; mais que isso, reconheceram o quanto foi essencial ter um espaço seguro no qual puderam ser ouvidos, acompanhados e acolhidos institucionalmente com foco na saúde mental diante das violências sofridas. Os atendimentos realizados foram cruciais para a ressignificação das violências sofridas e contribuíram sobremaneira para o desfecho positivo na saúde mental das pessoas atendidas ao longo desses 4 (quatro) anos de existência do projeto.



Integrando o projeto CDGENcuida a criação de grupos de apoio e de ajuda mútua também foi uma ação desenvolvida. Destacamos a criação do grupo de acolhimento, (TRANS)ita UFSC, cujo objetivo é promover um espaço de encontro e aproximação entre a população Trans universitária e entidades da cidade de Florianópolis em sua defesa. A organização do grupo ocorreu mediante a participação de um coletivo trans da UFSC e da comunidade trans universitária, partindo de uma demanda da base estudantil. A condução do grupo é realizada por uma estagiária de psicologia, uma assistente social, um psicólogo da CDGEN e duas estudantes trans.

Figura 3: Cartaz do Grupo (TRANS)ita



Fonte: Site Institucional da CDGEN (2021)

Integrando as ações de cuidado a criação e distribuição da Cartilha (TRANS)ita UFSC tem por finalidade orientar estudantes trans e travestis sobre a vida universitária nos cinco campi da instituição (Araranguá, Blumenau, Curitibanos, Florianópolis e Joinville). Ademais, norteia essas estudantes a respeito das atividades desenvolvidas nos setores institucionais, ONG's, coletivos, ambulatórios, serviços de saúde pública e redes de apoio.

A partir das ações de cuidado a equipe da CDGEN identificou a necessidade de promover oficinas de Retificação do Nome Civil para estudantes trans e travestis em conjunto com o Ambulatório Trans de Florianópolis, Defensoria Pública, Núcleo de Estudos em Direito e Diversidades (NEDD) e o Núcleo de Estudos sobre Transgeneridades,



Transexualidades e Travestilidades uma Perspectiva Afro-Trans-Centrada (N'AYA), não só para comunidade acadêmica mas para a população de Florianópolis.

Para além das ações mencionadas, dentro do espectro do cuidado, estudantes recebem orientação quanto aos procedimentos para realização das denúncias nas instâncias internas e externas à universidade com acompanhamento pelo quadro técnico da CDGEN do fluxo de denúncias internas com o intuito de garantir que as normas/resoluções sejam respeitadas.

Ações de Visibilidade

As ações de visibilidade desenvolvidas pela CDGEN em seus cinco anos de existência incluíram: realização de atividades alusivas ao calendário LGBTQIA+. Datas como dia do orgulho/visibilidade (trans, lésbica, bissexual, não-binária, assexual, intersex, gênero, etc.), são amplamente divulgadas em todos os meios de comunicação da instituição, com farto material audiovisual com cores e símbolos que identificam o orgulho da referida população. Somam-se a isso, intervenções artísticas, exposições e performances nos campi da UFSC.

A título de exemplo, citamos o dia 28 de junho de 2017 quando a equipe da CDGEN, juntamente com alunes, adentrou a reunião do Conselho Universitário e também circulou na fila do restaurante universitário portando sombrinhas com as cores da bandeira da diversidade.



Figura 4: Ações de Visibilidade



Fonte: Site Institucional da CDGEN (2021)

O dia do Orgulho LGBTQIA+ (28 de julho) aparece como um dos grandes eventos em que as cores e bandeiras foram apresentadas à UFSC no hall da reitoria (local de grande circulação).

Outro exemplo foi uma ação executada no dia 17 de maio de 2017 - Dia Internacional de Luta contra a LGBTfobia quando foi montado um varal em frente a reitoria onde foram penduradas matérias de jornais noticiando mortes por LGBTfobia, após serem previamente lidas por um/a transeunte da comunidade acadêmica.

Na mesma data, em 2018, foram expostas no hall da reitoria cruzes indicando o número de pessoas mortas naquele ano em função da LGBTfobia. No ano de 2019, um apitão por toda a universidade, teve como propósito lembrar à comunidade acadêmica os efeitos das violências LGBTfobias causando mortes e suicídios.



Figura 5: Atividades ao Combate à LGBTfobia



Fonte: Site Institucional da CDGEN (2021)

Ademais, ações de visibilidade incluíram ampla divulgação de material audiovisual nas campanhas institucionais, dentre elas, a “UFSC acolhe a diversidade”, “Nome que eu sou”.

Figura 6: Arte das Campanhas Institucionais



Fonte: Site Institucional da CDGEN (2021)

Ações de Formação e Capacitação

Para oferecer um acolhimento qualificado, estendido e transversalizado por toda a academia fez-se necessário desenvolver ações de



formação/capacitação para toda a comunidade universitária, em especial servidores docentes e técnico administrativos, em questões de Gênero e Diversidade Sexual, tendo sido desenvolvidas as seguintes ações formativas:

- a) Criação, em maio de 2017, do evento Cura ou não Cura. Um evento anual realizado no dia internacional de combate à LGBTfobia que já vai para sua quinta edição e conta com a presença de convidadas para discussão/debate de temas ligados à diversidade sexual, em especial a LGBTfobia e os direitos humanos.
- b) Elaboração e Divulgação de materiais educativos relacionados à Diversidade Sexual como por exemplo, o glossário da diversidade
- c) Oferta de palestras, minicursos, mesas-redondas e debates pautados nos direitos humanos, gênero e diversidade sexual, combate às violências de gênero, saúde mental, entre outros.
- d) Oferta do curso Gênero e Diversidade no ambiente Universitário com objetivo de capacitar servidores docentes e técnico-administrativos para práticas de ensino e atendimentos à comunidade acadêmica da UFSC respaldadas no respeito às diferenças e na construção de um espaço universitário acolhedor.
- e) Capacitação por meio de reuniões e orientações para equipes gestoras da UFSC nos cinco campi da instituição

Participação na Construção de Políticas Institucionais

Desde sua criação a CDGEN participou na construção de políticas institucionais dentre as quais destacamos:

- a) Resolução Normativa nº 47 de 27 de outubro de 2020, que regulamenta a política de ações afirmativas na pós-graduação, incluindo a população trans e travesti.
- b) Elaboração e desenvolvimento de uma Política Trans para Comunidade Acadêmica da UFSC. (em andamento)



Discussão

As ações de acolhimento e cuidados, via Projeto, nos atendimentos individuais a estudantes que sofreram LGBTfobia, apontam para uma preocupação institucional com o público-alvo da Coordenadoria de Diversidade Sexual e Enfrentamento da violência de gênero. Importante destacar que, diante da LGBTfobia que produz sofrimento psíquico, ter um espaço institucional de acolhimento e cuidado por um profissional qualificado, é fundamental para a promoção da saúde mental e qualidade na permanência (JESUS, 2016).

Dito de outra forma, a escuta profissional atenta a respeito das necessidades desses alunos é um importante dispositivo de cuidado, pois, conforme Matumoto (1998, p. 207), este envolve a “atenção dispensada na relação, envolvendo a escuta, o que se comunica sem o recurso das palavras, o respeito ao outro, a valorização de suas queixas”.

No tocante ao acolhimento em grupos - mais especificamente o (TRANS)ita - , percebe-se um cuidado quanto ao uso das cores da bandeira trans, não-binária e a interseccionalidade da raça na elaboração da arte. Mais que isso, uma forma de valorizar os símbolos pelos quais essa população é reconhecida, já demonstrada na própria estrutura física da CDGEN decorada com bandeiras da diversidade demonstrando ser este um espaço no qual pessoas LGBTQIA+ podem se sentir seguras e acolhidas pelo respeito às diferenças.

A criação e desenvolvimento do grupo (TRANS)ita, em conjunto com estudantes e coletivos trans, aponta para a construção de uma política institucional relevante para a promoção de uma permanência qualificada das/dos/des estudantes. Neste contexto, os encontros baseiam-se na importância de produzir e disseminar informações sobre as diferentes experiências de vida, ampliar as potencialidades dos indivíduos e investir em ações e programas que denunciam a discriminação, promovendo o respeito às diferenças (JESUS, 2008).

Partindo do reconhecimento de que o processo de evasão da pessoa trans no ensino formal está atrelado à falta de reconhecimento de sua identidade de gênero nos espaços educacionais (SILVA & VAZ, 2020), proporcionar o acolhimento, utilizando dispositivos de atendimento individuais e em grupos, auxilia na construção positiva de sua identidade



de gênero e seu pertencimento à universidade contribuindo para permanência estudantil das pessoas sexo-gênero-dissidentes.

Concernente às temáticas de gênero e diversidade sexual partimos do pressuposto que visibilizar presume subverter uma norma imposta que violenta e discrimina. Mais ainda, abre espaço para aproximarmos de nós aquilo que faz parte de nós, enquanto seres humanos: a diferença (MISKOLCI, 2017).

Com este olhar a visibilidade pode ser pensada como uma potente estratégia de sensibilização, reconhecimento e respeito às diferenças em prol de mudanças na cultura institucional. Partindo desta premissa, como visto, a CDGEN realiza, desde sua organização, inúmeras atividades com a intenção de visibilizar a diversidade e as diferenças presentes na comunidade universitária.

O ato de expor as cores e bandeiras da diversidade, a partir de uma coordenadoria ligada à Administração central da universidade, anuncia a toda comunidade universitária o compromisso institucional com a inclusão, democracia, pluralidade, direitos humanos, respeito às diferenças e o combate/intolerância às violências.

As ações de visibilidade desenvolvidas contribuem para retirar a diversidade sexual na UFSC do "armário", mostrando a existência de pessoas sexo-gênero-dissidentes na comunidade universitária e na busca de criar um espaço no qual todes possam se sentir seguros e orgulhosos de serem quem são, em uma instituição que posiciona explicitamente o que pensa sobre a questão (NARDI et al., 2015).

Para além destas ações, a preocupação com a visibilidade e o compromisso com o respeito à diversidade também são explicitados na ampla divulgação de material como por exemplo, a campanha, o "Nome que eu sou", criada em conjunto com estudantes trans, com objetivo de garantir o direito ao uso do nome social na instituição e a tratativa pelos pronomes correlatos à sua identidade de gênero; uma vez que houve relatos de que a despeito da existência da Resolução nº 059/2015, que garante a cidadania às pessoas trans e travestis na universidade, nem sempre o nome social vinha sendo respeitado por colegas e servidores docentes e técnico-administrativos.

Além das referidas ações que procuram disseminar o respeito às diferenças, o grupo Transita, em especial, insere-se no gerenciamento da diversidade de gênero como forma de protagonizar o indivíduo, alvo das



políticas de acesso à universidade, como membro efetivo e com contribuições ricas para a mesma (JESUS, 2013).

Segundo Bourdieu (2005) algumas instituições sociais como o Estado, a Família e a Escola são importantes para a realização do que chama de processo de des-historicização - um apagamento/esquecimento da história ocultando a construção, no tempo e no espaço, das normalidades prescritas, naturalizadas e difundidas como atemporais e universais. Concordando com o autor, as atividades de formação, buscaram trazer à tona um olhar para a construção da cisheterossexualidade ao longo da história e seus desdobramentos.

Nesse quesito, Souza e Noleto (2018:200) ressaltam que a formação continuada é uma ferramenta importante para “problematizar a existência da diversidade de identidades sociais e de sujeitos políticos que constituem o mundo contemporâneo” e, ainda, promover o diálogo e o debate pautados na igualdade e justiça.

Para além de ratificar o posicionamento institucional no combate às violências de gênero e garantia do respeito à diversidade, segundo avaliação de servidores técnico-administrativos e docentes, constantes no ambiente virtual de ensino aprendizagem do Curso de formação Gênero e Diversidade no ambiente universitário, demonstram seu impacto positivo em sua práxis educativa e de atendimento como explicitado nos relatos abaixo:

“Aprendi a ver o que antes era invisível pra mim: a diversidade”, o curso me fez ver o quanto fui insensível e diria até desumana para com pessoas trans na UFSC. Agora vou brigar pelo respeito a toda pessoa independente de orientação sexual, identidade de gênero. Vou ser com certeza uma melhor professora.”

“Todos têm contato com alunos e colegas de trabalho e compreender a diversidade facilita o relacionamento e a construção do respeito a essas diferenças, bem como a desconstrução de preconceitos com relação ao tema.”

“A UFSC é uma instituição plural, onde pessoas de várias formações, costumes e crenças devem conviver de forma harmoniosa. Para tanto, compreender a diversidade de gênero é um dos caminhos que pode possibilitar tal convívio.”

O desejo de que o curso se torne obrigatório também foi manifestado pela maioria por trazer “informações e conhecimentos que



terão impacto nas relações no ambiente institucional”. Tais narrativas mostram-nos o quanto o curso ofertado promoveu mudanças e reflexões ao develar o processo de normalização e ajustamento cishetero regulador e de marginalização de sujeitos, saberes e práticas dissidentes em relação à matriz heterossexual.” (JUNQUEIRA, 2015: 225).

Estes achados nos fazem afirmar que a formação em gênero e diversidade para a comunidade universitária emerge como uma rica potencialidade de engajamento das pessoas na produção de um espaço de acolhimento e inclusão no qual haja discussões, projetos, ações e a oferta de disciplinas promotoras de cidadania e respeito às possibilidades e identidades de gênero e orientações sexuais. (SILVA; LAPINSKI, 2019).

O processo de promoção de espaços de diálogos com outros setores da instituição para a troca de informações e orientações normativas, também pode ser entendido como formação e possibilita a articulação de um acolhimento institucional pautado no cuidado, confiança, respeito às necessidades de cada campi/região e compromisso com a construção de uma rede socioafetiva eficaz (BRASIL, 2013; SILVA et al., 2018).

No tocante às políticas, a aprovação de uma Resolução específica na pós-graduação e o desenvolvimento de uma política trans para estudantes de graduação são justificadas pela pesquisa realizada pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (2018), segundo a qual a porcentagem de estudantes trans graduandos no país é de 0,2%.

Este dado demonstra a necessidade de institucionalização de políticas de ações afirmativas específicas para esse público, pois reconhece “as assimetrias sociais em ação, buscando corrigir diferenças históricas a grupos até então marginalizados ou excluídos.” (BASSO-POLETO; EFROM; BEATRIZ-RODRIGUES, 2020, p.23).

Contudo, reforçamos que a construção e aprovação de Resoluções não garantem a efetividade e o alcance dos objetivos junto ao público ao qual foi direcionado. Nesse quesito, a presença de uma coordenadoria que atua na garantia de direitos relativos à diversidade sexual e de gênero, em conjunto com as ações de acolhimento, cuidado, visibilidade, formação e capacitação, possibilitam o sentimento de pertença na “gramática moral da instituição” (SILVA; VAZ, idem, p. 219).

As ações desenvolvidas pela CDGEN ao longo de seus cinco anos de existência demonstram as inúmeras possibilidades de ações e projetos



voltados para o acolhimento, respeito, cuidado e valorização da diversidade nos diversos espaços da universidade.

Entendemos que a universidade deve ser um local onde podem e devem vicejar reflexões sobre as contradições e as diferentes visões de mundo. Neste sentido tem o dever e responsabilidade de não só acolher mas também estar imersa nas discussões sobre a diversidade sexual e de gênero. Em nossa percepção, apesar de ser um reflexo da sociedade ela não pode ser um espelho do contexto social produzindo, reproduzindo e naturalizando as diferenças e hierarquias e inferiorizando e hostilizando as pessoas que não correspondem a norma cisheterossexual e ao binarismo de gênero, que culminam em preconceitos, discriminações e violências. Enquanto instituição formadora ela tem o dever de fazer diferente, exercendo seu papel de questionamento do que está posto como verdade absoluta propiciando a mudança da realidade social.

É nesta perspectiva que a CDGEN se insere como uma estratégia para tirar a diversidade sexual do armário, possibilitar o acolhimento à comunidade LGBTQIA+, e combater às violências de gênero e LGBTfobia na instituição aumentando as práticas inclusivas e não discriminatórias, contribuindo para uma sociedade mais justa e humana onde a identidade sexual e de gênero das pessoas não seja uma justificativa para violentá-las, onde cada pessoa possa ser o que ela desejar, sem necessidade de se esconder em um armário.

É nisso que acreditamos! É esta sociedade que buscamos! É por isso que lutamos e continuaremos lutando!

Muito ainda há por ser feito. Ainda vivenciamos preconceitos, discriminações e violências contra as pessoas sexo-gênero-dissidentes na academia. A luta pelo respeito à diversidade é contínua, afinal estivemos sob o jugo da cisheterosnormatividade por décadas, jogando para dentro do armário e para a invisibilidade da escuridão aquelas pessoas que nos incomodavam e que entendíamos como anormais.

Contudo, com o que até aqui realizamos, cinco anos após a criação da CDGEN podemos afirmar, sem medo de errar, que a UFSC de hoje busca continuamente com que a metáfora do armário não aprisione as pessoas sexo-gênero-dissidentes. Não há como negar que o “armário” ainda tem seus nichos na comunidade acadêmica, porém é inegável que as ações até aqui realizadas abalaram sua estrutura, abrindo brechas que permitem a saída dele para quem desejar sair da escuridão da



invisibilidade e vir para a vitrine ajudando na construção de uma UFSC orgulhosamente diversa!

Que este artigo sirva de inspiração para que outras universidades adotem a mesma postura cumprindo com um de seus papéis que é a mudança para melhor da realidade social.

Referências

ANDIFES, Associação Nacional de Diretores de Instituições Federais. *V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES - 2018*. Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf>. Acesso em: 10 out. 2021.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BASSO-POLETTO, Daniela; EFROM, Cora; BEATRIZ-RODRIGUES, Maria. Ações Afirmativas no Ensino Superior: revisão quantitativa e qualitativa de literatura. *Educare* [online]. 2020, vol.24, n.1, pp.292-325, Jan 30, 2020. [Http://dx.doi.org/10.15359/ree.24-1.16](http://dx.doi.org/10.15359/ree.24-1.16).

Bourdieu, Pierre. *A dominação masculina*. Maria Helena Kühner, tradutora. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Humaniza SUS: Política Nacional de Humanização*. Brasília, DF: Ministério da Saúde; 2013.

BUTLER, Judith. *Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”*. N-1 edições: São Paulo, 2019.

CAETANO, Marcio Rodrigo Vale; GOULART, Treyce Ellen Silva; SILVA, Marlon Silveira da. Ensaio sobre a heteronormatividade: modos curriculares de aprendizagem das sexualidades e do gênero. *Atos de Pesquisa em Educação*, [S.l.], v. 11, n. 2, p. 634-655, set. 2016.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, p 175, 2002.



GUERRA, Elaine Linhares de Assis. *Manual Pesquisa Qualitativa*. Grupo Nima Educação: Belo Horizonte, 2014.

JESUS, Jaqueline Gomes de. *Pessoas trans também precisam de cotas*. 2016. Disponível em: matéria: <https://azmina.com.br/colunas/pessoas-trans-tambem-precisam-de-cotas/> -. Acesso em: 12 out. 2021.

JESUS, Jaqueline Gomes de. O Desafio da Convivência: Assessoria de Diversidade e Apoio aos Cotistas (2004-2008). *Psicologia: ciência e profissão*, v. 33 (1), 222-233, 2013.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. “Temos um problema em nossa escola: um garoto afeminado demais”. *Pedagogia do armário e currículo e ação*. *Revista Educação e Políticas em Debate*, v. 4. N. 3, ago/dez, 2015.

MATUMOTO, Silvia. *O acolhimento: um estudo sobre seus componentes e sua produção em uma unidade de rede básica de serviços de saúde*. 1998. 226 f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, 1998.

MISKOLCI, Richard. *Teoria queer: um aprendizado pelas diferenças*. 3. ed. Rev. Ampl. - Belo Horizonte: Autêntica Editora: UFOP - Universidade Federal Ouro Preto, 2017.

NARDI, Henrique Caetano; MACHADO, Paula Sandrine; MACHADO, Frederico Viana; ZENEVICH, Letícia. O “armário” da universidade: O silêncio institucional e a violência, entre a espetacularização e a vivência cotidiana dos preconceitos sexuais e de gênero. *Teoria e Sociedade*, Belo Horizonte, n. 21.2, p. 179-200, 2013.

NARDI, Henrique Caetano; QUATIERO, Eliana. Educando para a diversidade: desafiando a moral sexual e construindo estratégias de combate à discriminação no cotidiano escolar. *Sexualidade, Salud y Sociedad*, n. 11, Rio de Janeiro, 2012.

PRECIADO, Paul Beatriz. (2011). *Manifesto contrasexual*. Barcelona: Editorial Anagrama.

RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento: política e filosofia*. São Paulo: Editora 34.



RICH, Adrienne. Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence. (1986) In: *Bagoas: revista de estudos gays*. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. - V. 1, n. jul./dez. 2007). Natal: EDUFRN, 2007. Tradução de Carlos Guilherme do Valle (Heterossexualidade compulsória e existência lésbica).

SCOTE, Fausto Delphino; GARCIA, Marcos Roberto Vierira. Transformando a universidade: um estudo sobre o acesso e a permanência de pessoas trans no ensino superior. *Perspectiva*, v. 38, n. 2 – p. 01 – 25, abr./jun. 2020.

SILVA, Ivone Maria Mendes; LAPINSKI, Tatiane Fátima. Universidade: espaço para (re)pensar concepções de gênero, masculinidade e suas implicações na formação de pedagogos. *Revista Diversidade e Educação*, v. 7, n. 1, p. 18-26, jan/jul. 2019.

SILVA, Keo; VAZ, Alexandre Fernandez. Políticas de acesso e permanência para a população trans no ensino superior: comentários acerca de sua implementação. *Políticas Educativas*, v. 13, n. 2, Paraná, 2020.

SILVA, Tarciso Feijó; DAVI, Helena Maria Scherlowski Leal; da et al. O acolhimento como estratégia de vigilância em saúde para produção do cuidado: uma reflexão epistemológica. *Saúde Debate*, v. 42, n. Especial 4, p. 249-260, dez. 2018.

SOUZA, Luciana Pereira de; NOLETO, Rafael da Silva; CALDAS, Célia Pereira; MARTINS, Elaine Lutz. Formação docente para a diversidade sexual e de gênero: discutindo conceitos e encontrando possibilidades. In: IRINEU, Bruna Andrade; GONÇALVES, Marcos Felipe (orgs.). *Gênero e diversidade na escola: cenas, contexto e indicadores educacionais da região do*. – Palmas/TO: EDUFT, 2018, p. 198-216.

VENTIMIGLIA, Rafael; MENEZES, Aline Beckmann. *LGBTfobia na escola: possibilidades para o enfrentamento da violência*. Curitiba: Appris, 2020.

From the Closet to the Spots: Spotting and Sheltering Sexual Diversities in the University Environment

ABSTRACT: Research for documentary and explanation, within a qualitative approach, aimed to identify and analyze the actions of five years for the anniversary of Sexual Gender Diversity and Enforcement Organization Against Violence (CDGEN). The data collected on the institutional website, social networks, CDGEN bank statements, virtual lesson graduations acquainted to the historical memory of the authors' experience in the Coordination and Management analysing the assets ending up on four categories: Visibility; actions in making institutional policies. The analysis of datas showed that although there is still prejudice, discrimination and violence against people sex-gender-dissidents in the academy, the actions developed, by placing evasion to cisheteronomy, adverse where the sexual and gender identity of people is not a justification for assaulting them, where each person can be whatever he or she wants them to be.

KEYWORDS: University. Sexual Diversity. Gender and Sexual Education

Aurivar Fernandes FILHO

Universidade Federal de Santa Catarina

Psicólogo (CRP 12/15106) da Coordenadoria de Diversidade Sexual e Enfrentamento da Violência de Gênero (CDGEN-SAAD) na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestrando em Saúde Mental e Atenção Psicossocial (UFSC) na linha de pesquisa, Atenção e Reabilitação Psicossocial.

E-mail: aurivarfilho@gmail.com

Olga Regina Zigelli GARCIA

Universidade Federal de Santa Catarina

Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Professora Titular do Departamento de Enfermagem, da Universidade Federal de Santa Catarina. Líder do Laboratório Interdisciplinar em Ensino, Pesquisa e Extensão em Sexualidades – AFRODITE, da Universidade Federal de Santa Catarina.

E-mail: zigarcia@gmail.com

Lilian Meira SOUTO

Universidade Federal de Santa Catarina

Graduanda em Psicologia na Universidade Federal de Santa Catarina. Estagiária da na Coordenadoria de Diversidade Sexual e Enfrentamento à Violência de Gênero (CDGEN-SAAD).

E-mail: lilianmeirasouto@gmail.com

Recebido em: 30/10/2021

Aprovado em: 21/12/2021